

Editorial

PREZADO LEITOR,

O número 41 da revista Benjamin Constant reserva-nos assuntos de grande importância. Consta-se que os temas abordados podem servir como suporte para os educadores que têm a tarefa de conduzir o processo educacional de crianças cegas e de baixa visão. O conjunto de artigos, a entrevista e o relato deverão ser instrumento de análise e reflexão. É imprescindível que os professores que atuam na área da deficiência visual estejam atentos às inúmeras especificidades que circundam sua prática pedagógica. Os pontos levantados no corpo desse trabalho, esperamos, devem clarificar idéias, cristalizar conceitos, apontar saídas.

O primeiro artigo, "Locomoção e orientação espacial como fatores de inclusão de pessoas cegas na escola e no trabalho", produzido por Priscila Augusta Lima, fala-nos de um aspecto preponderante para a inserção do deficiente visual na sociedade: a locomoção independente. O ato de "ir e vir" é um direito que não pode ser negado a ninguém. A articulista discorre sobre os fatores que criam as condições para que uma pessoa deficiente visual se torne autônoma. Auto-estima, autoconfiança são sentimentos que geram atitude de liberdade, independência e cidadania.

Clarissa de Arruda Nicolaiewsky e Jane Correa trazem-nos, no segundo artigo, o enfoque de um assunto muito interessante e que deve ser uma preocupação dos professores, principalmente, aqueles que alfabetizam crianças cegas. É um momento que exige grande atenção por parte de alfabetizandos e alfabetizadores: a aquisição da escrita. Os limites existentes entre as palavras, segmentos fônicos, precisam ser tratados com bastante critério e competência, caso contrário, instalar-se-ão graves problemas na escrita. O artigo "O aprendizado da escrita em Braille: estabelecendo limites entre as palavras" contribuirá, certamente, para uma compreensão mais exata da produção textual de crianças cegas.

Nos últimos anos, o volume de crianças surdocegas nas escolas especializadas, bem como na Rede Regular de Ensino, vêm aumentando significativamente. Para que haja um atendimento digno e proveitoso é preciso que os professores tenham acesso as peculiaridades que acompanham esse alunado e as possibilidades de aprendizagem que ele possui. O terceiro artigo dessa edição remete-nos ao trabalho "Crianças com surdocegueira congênita atendidas em um centro referência de Salvador-BA: sete casos", por Priscila Conceição dos Santos e Maria Tereza Ávila Gallo. Aprendizagem, comunicação, fatores de atraso são elencados nesse estudo. A pesquisa dos sete casos levantados colhe dados junto a crianças de baixa visão.

Na seção entrevista, temos a palavra da professora Claudia Maffini Griboski, Diretora de Políticas de Educação Especial da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação - SEESP/MEC. A SEESP, nessa entrevista, elucida os pontos e dúvidas contidos na Nova Política Nacional de Educação Especial.

O teatro é o tema tratado no relato de Marlíria Flávia Coelho da Cunha. Expressão corporal, desenvolvimento da linguagem, desinibição, auto-estima, relações interpessoais são pontos analisados pela professora de Artes Cênicas do

Instituto Benjamin Constant. A Arte é instrumento de crescimento e de maior largueza no processo educacional.

Érica Deslandes Magno Oliveira
Diretora Geral do IBC